

Lula sanciona fundão recorde e veta R\$5,6 bi em emendas



Compensação. Lula vetou R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão, mas, em contrapartida, sancionou o valor de R\$ 4,9 bilhões para as campanhas municipais, relator da LOA disse que há compromisso em recompor montante cortado

ORÇAMENTO SANCIONADO

Lula corta emendas, mas mantém fundão recorde em afago ao Congresso

SÉRGIO ROXO E CAMILA TURTELLI
@srgio.roxo @camilaturtelli

AS DECISÕES DO PRESIDENTE

Lula sancionou o Orçamento da União de 2024

O QUE FOI VETADO*

Emendas de comissão
R\$ 5,6 bilhões

COMO FICAM AS EMENDAS

Individuais **R\$ 25 bilhões****
Bancada **R\$ 11,3 bilhões****
Comissão **R\$ 11,3 bilhões**

TOTAL DE EMENDAS

Proposta original do governo **R\$ 37,6 bilhões**
Valor aprovado pelo Congresso **R\$ 53 bilhões**
Montante após o veto de Lula **R\$ 47,4 bilhões**

COFRE DE CAMPANHA

Partidos de Bolsonaro (PL) e de Lula (PT) terão, juntos, cerca de um terço do valor do fundo eleitoral

Em novo capítulo da queda de braço pelo controle do Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cortou parte do valor que o Congresso havia reservado para indicações de parlamentares por meio das chamadas emendas de comissão. O petista decidiu vetar R\$ 5,6 bilhões dos R\$ 16 bilhões aprovados em dezembro ao sancionar ontem a peça orçamentária. Por outro lado, cedeu à decisão dos congressistas e sancionou o valor de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, o que representa um recorde para campanhas municipais.

O governo havia proposto destinar R\$ 939,3 milhões para bancar as despesas eleitorais deste ano, mas o montante foi turbinado por parlamentares, que estipularam um fundão 96% maior do que a disputa municipal de 2020, em valores já corrigidos. O aumento teve amplo apoio no Congresso, inclusive de integrantes da base de Lula.

PT E PL BENEFICIADOS

Entre os principais beneficiados com o fundão turbinado estão o PL, de Jair Bolsonaro, e o próprio PT, de Lula. A maior fatia, de R\$ 880 milhões, ficará com a sigla de oposição, que terá montante cinco vezes maior do que o da última disputa, em 2020. A sigla do presidente, por sua vez, terá R\$ 616 milhões, mais que o dobro do disponível há quatro anos — já con-

tando a inflação no período.

Esses recursos serão usados pelos partidos para bancar gastos de candidatos a prefeito e vereador nos 5.565 municípios onde haverá disputa

eleitoral neste ano. O dinheiro público serve, por exemplo, para pagar propaganda, cabos eleitorais e alimentação dos políticos.

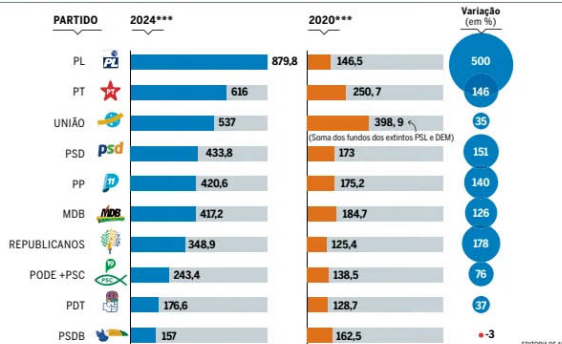
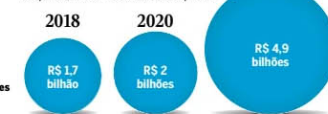
Apesar de setores do gover-

O QUE FOI MANTIDO

O fundo eleitoral de **R\$ 4,96 bilhões**
Valor que tinha sido proposto pelo governo:
R\$ 939 milhões

EVOLUÇÃO

O fundão foi criado em 2017 para compensar proibição de doações de empresas para financiamento de campanhas, determinada dois anos antes pelo STF



* O Congresso ainda pode derrubar o veto
** Pagamento impositivo
*** Valores corrigidos pelo IPCA no período de 24,57%

tanto, discordou e chegou a fazer uma contraproposta ao Congresso, que foi rejeitada.

— Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar, porque o governo mandou a proposta de fundo de R\$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R\$ 5 bilhões. Fomos votos vencidos em relação a isso — afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Randolfe e outros parlamentares participaram de cerimônia fechada no Palácio do Planalto em que Lula sancionou o Orçamento. Também presente no evento, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), afirmou que houve um compromisso do governo para recompor os cortes nas emendas de comissão.

— Vamos tentar construir junto com o governo como será essa reposição — afirmou o relator do Orçamento. — Logicamente, se não achar uma solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto.

O corte afeta apenas 10% do montante reservado aos parlamentares. O valor das emendas de comissão, por exemplo, continuará recorde, com R\$ 11,3 bilhões previstos, acima dos R\$ 6,8 bilhões de 2023. Esse tipo de emenda não tem o pagamento obrigatório, mas passou a servir de moeda de troca para congressistas negociarem apoio ao Planalto após o fim do orçamento secreto.

Além dessa modalidade, há ainda outros R\$ 11,3 bilhões em emendas de bancada e R\$ 25 bilhões em emendas individuais neste ano. Nesses casos, o governo é obrigado a pagar.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, justificou o corte por causa da queda na projeção de inflação, o que reduziu o limite de gastos do governo:

— Por conta de uma coisa boa, que é uma inflação mais baixa, isso autoriza menos recursos para o governo. Então, fizemos um corte.

no considerarem a quantidade de R\$ 4,9 bilhões exagerada, prevaleceu o entendimento de que um veto criaria um novo desgaste com o Congresso. O valor maior foi apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entre-

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4